

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E
TELÉGRAFOS - ECT

Relatório do auditor independente

Informações financeiras trimestrais
Em 30 de junho de 2017

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Informações financeiras trimestrais
Em 30 de junho de 2017

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre a revisão das informações financeiras trimestrais

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstração dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às informações financeiras trimestrais

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT
Brasília - DF

Introdução

Revisamos as informações financeiras trimestrais, individuais e consolidadas, da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. ("Empresa" ou "ECT"), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017, as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três e seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração das Informações Financeiras Trimestrais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração destas informações financeiras trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras trimestrais com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente, às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalvas

Limitações de escopo sobre as provisões de benefícios pós emprego do plano de benefícios previdenciários BD

Conforme descrito na nota explicativa nº 12.1.1, a ECT é patrocinadora de uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, denominada "Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos - POSTALIS" e possui consignado em suas demonstrações financeiras provisões para benefícios pós emprego, no montante de R\$1.974 milhões, em 30 de junho de 2017. Entretanto, nossa revisão evidenciou as seguintes situações:

- i) Em 30 de junho de 2017, o plano de benefícios BD possui em sua carteira ativos terceirizados junto à determinados administradores de fundos de investimentos financeiros e que apresentam indícios de redução ao valor recuperável no valor justo desses ativos, tais como: a) baixos índices de liquidez e solvência de certas empresas investidas pelos Fundos; b) incertezas significativas quanto à continuidade operacional de certas empresas e companhias investidas pelos Fundos; c) modificações e ou abstenções de opinião nos relatórios de outros auditores independentes responsáveis pelas auditorias das demonstrações financeiras de determinadas empresas investidas pelos Fundos; d) ausência de demonstrações financeiras auditadas e atualizadas de certos investimentos da carteira de ativos da entidade de previdência complementar; e) fundos de Investimentos em participações sob investigações em curso de autoridades brasileiras no âmbito das chamadas operações Lava Jato e Greenfiel; f) instauração de procedimentos administrativos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM para apurar a eventual prática de irregularidades de investimentos realizados com recursos da patrocinada; e g) o relatório com abstenção de opinião do Postalís - Instituto de Previdência Complementar emitido em 26 de julho de 2017, relativo ao Plano BD referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.
- ii) A determinação do montante da provisão para benefícios pós emprego do plano BD levou em consideração os parâmetros das Leis Complementares nºs 108 e 109 de 2001, utilizando-se da paridade contributiva de 50% (cinquenta por cento), cujos critérios, em nosso entendimento, divergem dos previstos pela Deliberação CVM nº 695/12 e Resolução CMN nº 4.424/15; e
- iii) Atualmente a Empresa continua em processo de contratação de serviços especializados atuariais para análises de conformidade e consistência das folhas de pagamento e, conseqüentemente, analisar os valores supostamente devidos, a título de Reserva de Tempo de Serviço Anterior - RTSA. O resultado desse trabalho, poderá, eventualmente, resultar em reconhecimentos de novas provisões para benefícios pós emprego do plano de benefícios previdenciários BD.

Considerando os indícios de redução ao valor recuperável em relação ao valor justo dos ativos, utilizado na avaliação atuarial, bem como em função dos assuntos descritos nos itens ii) e iii), acima, não foi possível determinar por meio de procedimentos alternativos de auditoria qual seria o impacto, se houver, sobre o valor das provisões de benefícios pós emprego no montante de R\$1.974 milhões, bem como sobre os respectivos créditos tributários constituídos sobre essas provisões.

Ativo contingente reconhecido às demonstrações financeiras e desreconhecimento contábil de ativos e passivos fiscais diferidos

Amparada nos julgamentos proferidos pelo Supremo Tribunal Federal, a ECT, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7.3, a Empresa discute e questiona, no âmbito da Receita Federal do Brasil (RFB) e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) que a totalidade dos seus serviços prestados está abrangida pela imunidade recíproca (CF, art. 150, VI, "a", e § 2º e 3º), considerando que a ECT seria uma extensão das atividades da união (longa manus). A Administração da ECT, com base na classificação de êxito como "provável de ganho" recomendada por sua assessoria jurídica e pela atual jurisprudência favorável sobre o tema, decidiu elaborar e apresentar as Informações Financeiras Trimestrais do período findo em 30 de junho de 2017 no pressuposto de sua imunidade tributária, dessa forma, no referido trimestre foi consignado em suas Informações Financeiras Trimestrais o acréscimo do ativo em R\$ 9.1 mil perfazendo o saldo acumulado de R\$ 1.417 milhões, a título de tributos a recuperar em função dos pagamentos indevidos ocorridos. Entretanto, considerando o atual estágio que se encontram as referidas discussões junto à RFB e PGFN, a classificação de risco atribuída pela assessoria jurídica ao mérito e as dificuldades operacionais a serem superadas para que os pedidos de restituições sejam homologados, o referido ativo, nesse momento, é caracterizado como "ativo contingente", conseqüentemente, o ativo e o patrimônio líquido estão apresentados a maior em R\$ 1.417 milhões e R\$ 710 milhões, respectivamente.

Conclusão sobre as informações financeiras trimestrais com ressalvas

Com base em nossa revisão, exceto quanto aos efeitos dos assuntos mencionados na seção intitulada como "Base para conclusão com ressalvas", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras trimestrais, individuais e consolidadas, acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração das Informações Financeiras Trimestrais.

Incerteza relevante quanto à continuidade operacional

Chamamos a atenção para o fato de que a Empresa apresenta prejuízos acumulados, elevados custos assistenciais e previdenciais com seus funcionários e responde a um volume relevante de contingências de natureza cíveis, fiscais, trabalhistas e criminais. Esses fatos indicam a possível existência de incerteza que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Os planos da Administração para manutenção das atividades estão descritos na Nota Explicativa nº 1.1 emitidas para o exercício de 2016. As Informações Financeiras Trimestrais mencionadas no primeiro parágrafo foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Empresa continuar operando. A continuidade operacional da ECT dependerá do sucesso do plano de continuidade e ou de eventuais aportes de seu controlador. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.



Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de 9 (nove) meses findo em 30 de junho de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas Demonstrações Contábeis Intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Demonstrações Contábeis Intermediárias. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as Demonstrações Contábeis Intermediárias tomadas em conjunto.

Saldo correspondentes comparativos

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016 apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas e emitimos nosso relatório datado em 20 de junho de 2017, com as mesmas modificações e ênfases mencionadas acima. As informações financeiras trimestrais referentes ao período findo em 30 de junho de 2016, apresentadas para fins de comparabilidade, não foram revisadas por nós nem outros auditores independentes.

Brasília-DF, 30 de janeiro de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - DF

Alfredo Ferreira Marques Filho
Contador CRC 1 SP 154954/O-3 - S - DF

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
INTERMEDIÁRIAS

2º Trimestre

2017

SUMÁRIO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço Patrimonial	2
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente – DRA	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC	6
Demonstração do Valor Adicionado – DVA	7

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1 – Contexto operacional	8
NOTA 2 – Resumo das principais práticas e políticas contábeis	9
NOTA 3 – Caixa e equivalentes de caixa	10
NOTA 4 – Contas a receber	12
NOTA 5 – Estoques	13
NOTA 6 – Outros valores e bens	13
NOTA 7 – Ativo não circulante	15
NOTA 8 – Investimentos	16
NOTA 9 – Imobilizado	17
NOTA 10 – Intangível	18
NOTA 11 – Passivo circulante	18
NOTA 12 – Passivo não circulante	21
NOTA 13 – Patrimônio líquido	25
NOTA 14 – Demonstração do Resultado do Exercício	26
NOTA 15 – Contribuição social sobre o lucro	28
NOTA 16 – Partes relacionadas	30
NOTA 17 – Outras informações	32

BALANÇO PATRIMONIAL

CNPJ 34.028.316/0001-03

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/17	31/12/16	30/06/17	31/12/16
Circulante		3.243.023	4.386.777	3.271.671	4.417.674
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	401.910	1.689.027	429.006	1.718.673
Contas a Receber	4	2.230.942	2.134.685	2.230.942	2.134.685
Estoques	5	68.704	81.257	68.704	81.257
Outros Valores e Bens	6	541.467	481.808	543.019	483.059
Créditos com Pessoas Ligadas	6.1	52.921	55.227	52.921	55.199
Adiantamentos	6.2	229.809	130.649	229.809	130.649
Impostos e Encarg. Sociais a Compensar	6.3	231.988	276.952	233.540	278.231
Cobrança Jurídica/Inadimplência	6.4	5.293	5.347	5.293	5.347
Outros Créditos	6.5	21.456	13.633	21.456	13.633
Não-Circulante	7	10.387.737	10.101.670	10.359.101	10.070.773
Realizável a Longo Prazo		3.097.220	2.773.394	3.096.623	2.771.035
Aplicações	3.3	661.267	354.956	661.267	354.956
Outras Aplicações - DPV	7.1.1	4.411	4.411	4.411	4.411
Imóveis Funcionais Vendidos		18	18	18	18
Tributos Diferidos		658.220	661.268	658.220	661.268
Depósitos Judiciais	7.2	114.414	111.875	114.414	111.875
Valores a Compensar	7.3	1.556.543	1.535.650	1.556.543	1.535.650
Convênio Postal Saúde	7.4	100.000	100.000	100.000	100.000
Outros	7.5	2.347	5.216	1.750	2.857
Investimentos	8	587.633	575.838	559.594	547.300
Investimentos permanentes	8.1	559.628	547.334	559.628	547.334
(-) Perda ao Valor Recuperável		(34)	(34)	(34)	(34)
CorreiosPar	8.2	28.039	28.538	-	-
Imobilizado	9	6.606.119	6.646.491	6.606.119	6.646.491
Imóveis		5.668.483	5.671.243	5.668.483	5.671.243
(-) Depreciação Acumulada		(363.644)	(329.909)	(363.644)	(329.909)
(-) Perda ao Valor Recuperável		(50.926)	(50.926)	(50.926)	(50.926)
Móveis		3.185.454	3.115.612	3.185.454	3.115.612
(-) Depreciação Acumulada		(1.833.248)	(1.759.529)	(1.833.248)	(1.759.529)
Intangível	10	96.765	105.947	96.765	105.947
Softwares		357.119	351.928	357.119	351.928
(-) Amortização		(260.354)	(245.981)	(260.354)	(245.981)
TOTAL DO ATIVO		13.630.760	14.488.447	13.630.772	14.488.447

BALANÇO PATRIMONIAL

CNPJ 34.028.316/0001-03

PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/17	31/12/16	30/06/17	31/12/16
Circulante	11	3.899.713	3.932.684	3.899.725	3.932.684
Fornecedores	11.1	510.976	785.733	510.976	785.733
Salários e Consignações	11.2	1.373.000	1.192.310	1.373.000	1.192.310
Encargos Sociais	11.3	200.548	260.903	200.548	260.903
Impostos e Contribuições	11.4	114.661	162.322	114.672	162.322
Obrigações Trabalhista	12.6	32.004	-	32.004	-
Arrecadações e Recebimentos	11.5	44.107	48.480	44.107	48.480
Adiantamentos de Clientes	11.6	18.488	5.433	18.488	5.433
Contas Internacionais a Pagar	11.7	82.953	86.149	82.953	86.149
Precatórios Judiciais	11.8	98.744	89.145	98.744	89.145
Provisões com Patrocinadas/Mantidas	11.9	409.876	410.054	409.876	410.054
Empréstimos e Financiamentos	11.10	88.897	999	88.897	999
Participação nos Lucros e Resultados	11.11	26.455	26.600	26.455	26.600
Receitas a Apropriar	11.12	21.632	19.068	21.632	19.068
Benefício Pós Emprego	12.1	421.992	421.992	421.992	421.992
Obrigações financeiras a pagar	11.13	332.234	290.720	332.234	290.720
Convênio Postal Saúde	11.14	80.881	76.857	80.881	76.857
Outros Débitos	11.15	42.265	55.919	42.266	55.919
Não-Circulante	12	10.921.053	10.269.681	10.921.053	10.269.681
Empréstimos e Financiamentos	11.10	635.929	720.924	635.929	720.924
Benefício Pós Emprego	12.1	8.413.146	8.006.643	8.413.146	8.006.643
Passivos Contingentes	12.2	375.763	474.740	375.763	474.740
Tributos Compensados	12.3	13.291	11.203	13.291	11.203
Tributos Diferidos	12.4	473.321	473.321	473.321	473.321
Mandados e Precatórios	12.5	33.924	18.642	33.924	18.642
Obrigações financeiras a pagar	11.13	423.156	564.208	423.156	564.208
Obrigações Trabalhistas	12.6	552.523	-	552.523	-
Patrimônio Líquido	13	(1.190.006)	286.082	(1.190.006)	286.082
Capital	13.1	3.179.458	3.179.458	3.179.458	3.179.458
Ajuste Avaliação Patrimonial-AAP	13.2	4.474.468	4.488.380	4.474.468	4.488.380
Outros Resultados Abrangentes	13.3	(3.997.746)	(3.965.979)	(3.997.746)	(3.965.979)
Prejuízos Acumulados	13.4	(4.846.186)	(3.415.777)	(4.846.186)	(3.415.777)
TOTAL DO PASSIVO		13.630.760	14.488.447	13.630.772	14.488.447

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

CNPJ 34.028.316/0001-03

	Nota	Controladora				Consolidado			
		2º Trim. 17	2º Trim. 16	30/06/17	30/06/16	2º Trim. 17	2º Trim. 16	30/06/17	30/06/16
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	14.1	4.162.870	4.329.285	8.348.664	8.486.126	4.162.870	4.329.285	8.348.664	8.486.126
Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	14.2	(3.837.318)	(3.773.144)	(7.622.109)	(7.444.812)	(3.837.318)	(3.773.144)	(7.622.109)	(7.444.812)
LUCRO BRUTO		325.552	556.141	726.555	1.041.314	325.552	556.141	726.555	1.041.314
Despesas com vendas/serviços	14.3	(19.139)	(49.439)	(92.291)	(120.716)	(19.139)	(49.439)	(92.291)	(120.716)
Despesas Gerais e Administrativas	14.4	(1.370.076)	(935.310)	(2.200.328)	(1.768.667)	(1.370.919)	(937.056)	(2.202.456)	(1.770.815)
Resultado de participação em controlada	14.5	(151)	(495)	(499)	10	-	-	-	-
Outras Receitas Operacionais	14.6	75.404	49.203	113.871	92.197	75.404	49.203	113.871	92.197
Outras Despesas Operacionais	14.7	(35.134)	(35.841)	(36.728)	(70.231)	(35.168)	(35.891)	(36.807)	(70.337)
LUCRO LÍQUIDO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(1.023.544)	(415.741)	(1.489.420)	(826.093)	(1.024.270)	(417.042)	(1.491.128)	(828.357)
Receitas Financeiras	14.8	87.963	66.695	165.273	153.756	88.689	67.763	166.982	156.050
Despesas Financeiras	14.9	(170.672)	(168.606)	(252.252)	(320.701)	(170.673)	(168.606)	(252.253)	(320.705)
RESULTADO FINANCEIRO		(82.709)	(101.911)	(86.979)	(166.945)	(81.984)	(100.843)	(85.271)	(164.655)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(1.106.253)	(517.652)	(1.576.399)	(993.038)	(1.106.254)	(517.885)	(1.576.399)	(993.012)
Imposto de Renda	15.1	70.848	-	70.849	-	70.849	172	70.849	(18)
Contribuição Social	15.1	61.230	-	61.230	-	61.230	61	61.230	(8)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		(974.175)	(517.652)	(1.444.320)	(993.038)	(974.175)	(517.652)	(1.444.320)	(993.038)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

CNPJ 34.028.316/0001-03

	Controladora		Consolidado	
	30/06/17	30/06/16	30/06/17	30/06/16
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(1.444.320)	(993.038)	(1.444.320)	(993.038)
Impacto sobre outros resultados abrangentes do exercício				
Aumento/redução da remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	(48.131)	-	(48.131)	-
Aumento/redução do imposto de renda relacionado com itens de outros resultados abrangentes	16.365	-	16.365	-
Aumento/redução em outros resultados abrangentes	(31.766)	-	(31.766)	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	(1.476.086)	(993.038)	(1.476.086)	(993.038)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CNPJ 34.028.316/0001-03

	CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE LUCROS			RESULTADOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	AJUSTE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	TOTAL
			LEGAL	INVESTIMENTOS	LUCROS A REALIZAR				
2016									
Saldo em 31/12/15	3.179.458	-	-	-	-	(1.955.714)	(3.036.788)	3.275.631	1.462.587
Aumento de Capital:									
Resultado do período	-	-	-	-	-	(993.038)	-	-	(993.038)
Saldo em 30/06/16	3.179.458	-	-	-	-	(2.948.752)	(3.036.788)	3.275.631	469.549
2017									
Saldo em 31/12/16	3.179.458	-	-	-	-	(3.415.777)	(3.965.979)	4.488.380	286.082
Resultado do período	-	-	-	-	-	(1.444.321)	-	-	(1.444.321)
Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial – AAP	-	-	-	-	-	13.912		(13.912)	-
Outros Resultados Abrangentes							(31.767)		(31.767)
Saldo em 30/06/17	3.179.458	-	-	-	-	(4.846.186)	(3.997.746)	4.474.468	(1.190.006)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

CNPJ 34.028.316/0001-03

ATIVIDADES OPERACIONAIS	Controladora		Consolidado	
	30/06/17	30/06/16	30/06/17	30/06/16
Lucro Líquido do Período	(1.444.320)	(993.038)	(1.444.320)	(993.038)
<u>Itens de Resultado que não interferem no Caixa</u>				
Depreciação e Amortização	168.679	145.849	168.679	145.849
Resultado de Participação em Controlada	499	(10)	-	-
Provisões	100.035	499.123	100.035	499.123
Despesas de Variação Patrimonial e Perdas	49.970	6.922	49.970	6.922
Receita de Variação Patrimonial	(36.063)	(6.942)	(36.063)	(6.942)
Imunidade Tributária	-	-	-	-
<u>Mutações Patrimoniais</u>				
Contas a Receber	(96.257)	309.836	(96.257)	309.836
Estoques	12.553	(13.325)	12.553	(13.325)
Convênio Postal Saúde	2.307	(38.831)	2.307	(38.831)
Outros Valores e Bens	59.159	(176.057)	58.886	(176.472)
Realizável a Longo Prazo	(141.688)	(4.127)	(141.688)	(4.127)
Fornecedores	(274.757)	(292.251)	(274.757)	(292.251)
Salários e Consignações	180.690	216.744	180.690	216.712
Outras Obrigações	790.873	1.768	789.094	4.032
Receitas Recebidas Antecipadamente	2.564	2.351	2.564	2.351
Provisões/Mandados e Precatórios	(226.538)	(474.592)	(226.538)	(474.592)
Recursos Líquidos gerados pelas atividades operacionais	(852.294)	(816.580)	(854.845)	(814.753)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aplicações Financeiras	(306.311)	595.675	(306.311)	595.675
Adições de Ativo Imobilizado	(125.514)	(113.476)	(125.514)	(113.476)
Adições de Ativo Intangível	(7.943)	(11.267)	(7.943)	(11.267)
Baixas do Ativo Imobilizado	2.043	1.468	2.043	1.468
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento	(437.725)	472.400	(437.725)	472.400
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos e Financiamentos	2.903	-	2.903	-
Caixa originado (aplicado) nas atividades de financiamento	2.903	-	2.903	-
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.287.116)	(344.180)	(1.289.667)	(342.353)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

CNPJ 34.028.316/0001-03

GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	Controladora		Consolidado	
	30/06/17	30/06/16	30/06/17	30/06/16
1 RECEITAS	8.798.890	9.204.141	8.799.389	9.204.131
1.1 Receitas Operacionais	8.672.928	9.111.934	8.672.928	9.111.934
1.2 Perda de Credito de Liquidação Duvidosa	12.590	-	12.590	-
1.3 Receitas Não-Operacionais	22.714	5.663	22.714	5.663
1.4 Outras Receitas Operacionais	90.658	86.544	91.157	86.534
2 INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	2.631.435	3.350.593	2.632.631	3.351.827
2.1 Custo dos Serviços Prestados	2.429.015	2.733.121	2.429.015	2.733.121
2.2 Serviços Adquiridos de Terceiros	72.220	71.393	73.378	72.579
2.3 Materiais Consumidos	8.760	19.416	8.760	19.416
2.4 Propaganda e Comunicação	8.269	23.790	8.276	23.790
2.5 Utilidades e Serviços	546	3.750	577	3.760
2.6 Provisões diversas	112.625	499.123	112.625	499.161
3 VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	6.167.455	5.853.548	6.166.758	5.852.304
4 RETENÇÕES	168.679	145.849	168.679	145.849
4.1 Depreciação/Amortização	168.679	145.849	168.679	145.849
5 VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	5.998.776	5.707.699	5.998.079	5.706.455
6 VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	165.273	153.756	166.982	156.050
6.1 Receitas Financeiras	165.273	153.756	166.982	156.050
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	6.164.049	5.861.455	6.165.061	5.862.505

II DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

7 REMUNERAÇÃO DO TRABALHO	5.952.902	5.221.811	5.953.723	5.222.606
7.1 Salários, Honorários e Benefícios	5.645.115	4.921.818	5.645.894	4.922.565
7.2 Encargos Sociais	307.787	299.993	307.829	300.041
8 REMUNERAÇÃO DO GOVERNO	1.366.056	1.325.258	1.366.244	1.325.514
8.1 INSS	842.219	763.343	842.324	763.462
8.2 Impostos e Contribuições (exceto IRPJ e CSSL)	523.837	561.915	523.920	562.026
8.3 Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-	26
9 REMUNERAÇÃO DO CAPITAL DE TERCEIROS	289.411	307.424	289.414	307.423
9.1 Aluguéis, juros, variação cambial	285.926	305.367	285.926	305.367
9.2 Outras remunerações a terceiros	3.485	2.057	3.488	2.056
10 REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS	(1.444.320)	(993.038)	(1.444.320)	(993.038)
10.1 Lucro/Reserva Retidos	(1.444.320)	(993.038)	(1.444.320)	(993.038)
TOTAL DO VALOR DISTRIBUÍDO	6.164.049	5.861.455	6.165.061	5.862.505

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com sede e foro em Brasília-DF, e atuação em todo o território nacional e no exterior, é uma entidade pública constituída por meio do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969 (alterado pela Lei nº 12.490/2011), sob a forma de Empresa Pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, e administrada conforme os preceitos da Legislação Federal e do Estatuto Social aprovado pelo Decreto nº 8.016, de 17 de maio de 2013.

A estrutura organizacional dos Correios é composta pela Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

Os Correios têm por objeto: planejar, implantar e explorar o serviço postal e o serviço de telegrama; explorar os serviços postais de logística integrada, financeiros e eletrônicos; explorar atividades correlatas e exercer outras atividades afins, autorizadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Nesses termos, considera-se o serviço postal representado pelo recebimento, expedição, transporte e entrega de objetos de correspondência, valores e encomendas; e o serviço de telegrama, por meio do recebimento, transmissão e entrega de mensagens escritas, conforme Lei nº 6.538/78.

No segmento financeiro, o Banco Postal é a marca dos Correios, no qual a Empresa atua como correspondente na prestação de serviços bancários básicos, em todo o Território Nacional. Os principais produtos oferecidos são: abertura de contas correntes e de poupança, saques, depósitos, empréstimos, cartões de crédito, recebimento de títulos, dentre outros.

Desde a edição da Lei nº 12.490/2011, os Correios estão autorizados a constituir subsidiárias, para adquirir o controle ou participação acionária em sociedades empresárias já estabelecidas, com vistas à execução das atividades compreendidas em seu objeto social, firmar parcerias comerciais que agreguem valor à sua marca e proporcionem maior eficiência de sua infraestrutura, especialmente de sua rede de atendimento, desde que obedecida a regulamentação específica do assunto e as exceções mencionadas em tal lei.

Em consonância com a ampliação das atividades do seu objeto social, a Empresa constituiu em 2014 a Correiospar, com o objetivo de adquirir participações acionárias em sociedades empresárias, observando o Plano Estratégico Correios 2020. No exercício de 2016, não houve aquisição de participações societárias ou criação de subsidiárias.

O Plano Estratégico Correios 2020 foi concebido com vistas a fornecer orientação clara e decisiva para os negócios da organização em relação a seu futuro. Para atender à Lei de Responsabilidade das Estatais nº 13.303/2016 foi necessário realizar nova avaliação do planejamento estratégico, fato que ocorreu no final do segundo semestre de 2016, quando iniciou-se o Programa de Transformação dos Correios, que apresenta como um dos objetivos a atualização da estratégia da empresa em conformidade com a referida lei.

1.1 – Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional dos Correios.

Em razão dos resultados negativos auferidos nos últimos dois exercícios e na busca atender à demanda do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações-MCTIC, ações tem sido adotadas para reverter a atual situação dos Correios, bem como atender a recomendação do Conselho de Administração (CA) de se criar um Programa de Recuperação Financeira e da Qualidade dos Correios (PRFQ) para promover a geração de resultados positivos a serem refletidos nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2017. A Empresa decidiu, como uma das iniciativas para reversão, implantar o Programa de Transformação dos Correios, doravante denominado Programa “DEZ em 1”.

Para tanto, face à envergadura dessa iniciativa, foi contratado parceiro externo para apoiar nesse grande desafio de reverter a difícil situação econômico-financeira atual em que se encontram os Correios

No contexto do Programa “DEZ em 1”, que busca da reversão da atual situação financeira em que se encontra, com o objetivo de tornar os Correios uma empresa mais competitiva e melhorar a

eficiência operacional, foi priorizada uma visão sistêmica e de caráter integrador, na estruturação das etapas a serem desenvolvidas: 1) O Planejamento do Programa; elaboração de um Plano de Gestão da Mudança e Monitoramento dos resultados das etapas de trabalho; 2) Apoio à revisão do Plano Estratégico vigente; a definição de um Modelo de Gestão Estratégica; 3) Apoio à definição e implantação de um modelo de planejamento e gestão orçamentária a partir da metodologia Orçamento Base Zero (OBZ); 4) Adequações necessárias no modelo operacional, objetivando alinhamento ao novo Plano Estratégico; e 5) Priorização e otimização de Processos-chave.

Alinhada a essas iniciativas, os Correios vêm adotando uma série de ações com vistas a alavancar as suas atividades econômicas e promover a redução de custos, entre elas estão:

- Implantação de nova Política Comercial com revisão do portfólio de encomendas, desenvolvimento de novos produtos;
- Melhora na qualidade dos serviços prestados visando a redução do volume de indenizações pagas e consequentemente a qualidade das entregas encomendas;
- Redução dos custos com pessoal e encargos sociais, com a implementação do Programa de Demissão Incentivada - PDI e o Plano de Redução de Funções;

Outra iniciativa que visa a redução de despesa está relacionada a decisão da Conciliação no Tribunal Superior do Trabalho sobre a forma de custeio do Plano de Saúde, que se aplicadas irão refletir diretamente na redução do cálculo do Pós-Emprego.

Apesar dos resultados negativos apresentados, os Correios, por serem uma empresa pública, não se submetem aos regimes falimentar e de recuperação disciplinados pela Lei de Falência, n.º 11.101/2005. A Empresa equipara-se à Fazenda Pública visto que presta serviços públicos, seguindo rito distinto dos aplicáveis aos empresários e as sociedades empresárias.

Mesmo em estado de insolvência, não pode ser decretada à organização pública a situação de falência, uma vez que a mesma é tida como um braço da União. Desse modo, os compromissos assumidos por ela são garantidos pelo Estado na condição de “subsidiário”. Portanto, numa situação de falência, mesmo que não decretada, cabe ao Estado fazer aportes de capital em suas organizações para que elas possam se reafirmarem no mercado e voltem a apresentar resultados positivos e contribuir novamente para a economia do país.

NOTA 2 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais são as mesmas adotadas nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Essas políticas vêm sendo aplicadas, de modo consistente, em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Financeiras anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras do exercício de 2016.

2.1 – Transações e Saldos em Moedas Estrangeiras e Moeda Funcional

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação dos Correios, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moedas estrangeiras são inicialmente convertidas para a moeda funcional (R\$), utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. No encerramento do balanço, os saldos remanescentes das transações são reconvertidos com base na taxa de câmbio vigente na data do encerramento. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas operações e da conversão de ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos no resultado do período.

NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Caixa	1.364	58.342	831	697.671
Bancos	10.425	10.426	6.192	6.195
Aplicações	390.121	360.238	1.682.004	1.014.807
TOTAL	401.910	429.006	1.689.027	1.718.673

3.1 – Caixa: em 30/06/17, o valor de R\$ 1.364 em caixa estava distribuído, de maneira heterogênea, em 6.495 unidades de atendimento, presentes nos os estados da Federação. No consolidado estão incluídas as disponibilidades e as operações compromissadas referente aos fundos:13A, 13B, 13C, todos do Banco do Brasil, e Fundo X da CEF.

3.2 – Bancos: representa a movimentação de numerários em contas mantidas com instituições bancárias. O saldo em 30/06/17 é de R\$ 10.425.

3.3 – Aplicações: de acordo com a Resolução nº 3.284 de 25 de maio de 2005 alterada pela Resolução nº 4.034 de 30 de novembro de 2011, ambas do Conselho Monetário Nacional, as empresas públicas são obrigadas a aplicar suas disponibilidades financeiras em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados. A política dos fundos deve ser referenciada a um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA), com exceção dos compostos por títulos atrelados à taxa SELIC, ou seja, os fundos devem ser compostos por Letras do Tesouro Nacional (LTN), Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F) ou Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B).

As disponibilidades financeiras dos Correios estão aplicadas em Fundos de Investimentos extra mercado exclusivo no Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BBDTVM e na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL em carteiras compostas por Letras do Tesouro Nacional (LTN), Nota do Tesouro Nacional Série B (NTN-B), operações compromissadas(limitadas a 25% do patrimônio líquido do fundo), e aplicações da Correiospar, registradas pelo valor líquido de realização, na data do balanço, conforme detalhado a seguir.

As aplicações da Correiospar estão acrescidas ao Consolidado e representam Fundos de Investimentos extramercado no Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BBDTVM registradas pelo valor líquido de realização, na data do balanço.

3.4 – Títulos mantidos para negociação

A Empresa e sua controlada aplicam suas disponibilidades financeiras em títulos públicos de curto e longo prazo marcados a mercado e com vencimentos até 2027, de acordo com a tabela a seguir. Contudo, esses títulos são negociados conforme as demandas dos fluxos de caixas das Empresas, sendo classificados como mantidos para negociação.

Por possuírem dados observáveis em mercado ativo, a totalidade da carteira é considerada nível 1 de hierarquia de valor justo.

3.4.1 – Composição do Patrimônio Líquido dos Fundos em 30/06/2017

Instituição	Fundo	Consolidado				Total do Patrimônio Líquido
		Circulante			Não Circulante	
		Caixa ²	Aplicações (líquidas da Provisão do IR)	Provisão do IR		
BB	13 A	5.766	192.734	360	-	198.860
BB	13 B	43.914	77.464	593	485.473	607.444
BB	13 C	6.441	45.548	600	97.737	150.326
CEF	Fundo X	857	17.397	50	78.057	96.361
BB	Cotas Fundo ¹	-	27.095	53	-	27.148
Totais		56.978	360.238	1.656	661.267	1.080.139

¹ Refere-se ao valor registrado no Fundo BB Extramercado FAE 2, não exclusivo, da Controlada.

² Refere-se a soma entre os valores das operações compromissadas e as disponibilidades dos fundos, que na consolidação são classificados na conta "caixa"

3.4.1.1 – Posição em 30/06/17

APLICAÇÃO	Consolidado	(%)
LTN	290.295	28,37
NTN-F	46.610	4,56
NTN-B	659.052	64,42
Cotas – Fundo ¹	27.148	2,65
Subtotal	1.023.105	99,99
Ajuste ²	56	0,01
Total	1.023.161	100,00
Imposto de Renda	(1.656)	0,16
Líquido	1.021.505	99,84

¹ Refere-se ao valor registrado no Fundo BB Extramercado FAE 2, não exclusivo, da Controlada.

²Tx. ADM, ajuste de dólar futuro e outros na gestão dos fundos.

Composição do Curto Prazo (Circulante)							
Vencimento	LTN	NTN-F	NTN-B	Cotas Fundo	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	Totais
2017	128.270	-	-	27.148	(1.656)	56	153.818
2018	108.867	2.031	95.522	-	-	-	206.420
TOTAIS	237.137	2.031	95.522	27.148	(1.656)	56	360.238

Composição do Longo Prazo (Não Circulante)							
Vencimento	LTN	NTN-F	NTN-B	Cotas Fundo	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	Totais
2019	27.866	1.479	203.448	-	-	-	232.793
2020	25.293	-	143.320	-	-	-	168.613
2021	-	12.640	136.644	-	-	-	149.284
2022	-	-	80.118	-	-	-	80.118
2023	-	12.208	-	-	-	-	12.208
2025	-	10.149	-	-	-	-	10.149
2027	-	8.102	-	-	-	-	8.102
TOTAIS	53.159	44.578	563.530	-	-	-	661.267

3.4.2 – Composição do Patrimônio Líquido dos Fundos em 31/12/2016

Instituição	Fundo	Consolidado					Total do Patrimônio Líquido
		Circulante			Provisão do IR	Não Circulante	
		Caixa ²	Aplicações (líquidas da Provisão do IR)	Aplicações			
BB	13 A	22.297	868.136	1.595	2.693	894.721	
BB	13 B	672.639	61.546	337	158.578	893.100	
BB	13 C	551	40.436	-	101.944	142.931	
CEF	Fundo X	1.353	15.046	222	91.741	108.362	
BB	Cotas Fundo ¹	-	29.643	78	-	29.721	
Totais		696.840	1.014.807	2.232	354.956	2.068.835	

¹ Refere-se ao valor registrado no Fundo BB Extramercado FAE 2, não exclusivo, da Controlada.

² Refere-se a soma entre os valores das operações compromissadas e as disponibilidades dos fundos, que na consolidação são classificados na conta "caixa"

3.4.2.1 – Posição em 31/12/16

APLICAÇÃO	Consolidado 2016	(%)
LTN	965.410	70,37
NTN-F	50.965	3,71
NTN-B	327.484	23,87
Cotas – Fundo ¹	29.722	2,17
Subtotal	1.373.581	100,12
Ajustes ²	(1.586)	(0,12)
Total	1.371.995	100,00
Imposto de Renda	(2.232)	(0,16)
Líquido	1.369.763	99,84

¹ Refere-se ao valor registrado no Fundo BB Extramercado FAE 2, não exclusivo, da Controlada.

² Tx. ADM e outros na gestão dos fundos.

Composição do Curto Prazo (Circulante)							
Vencimento	LTN	NTN-F	NTN-B	Cotas Fundo	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	Totais
2017	901.916	9.822	77.165	29.722	(2.232)	(1.586)	1.014.807
TOTAIS	901.916	9.822	77.165	29.722	(2.232)	(1.586)	1.014.807

Composição do Longo Prazo (Não Circulante)							
Vencimento	LTN	NTN-F	NTN-B	Cotas Fundo	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	Totais
2018	32.223	1.998	97.685	-	-	-	131.906
2019	15.940	1.436	57.656	-	-	-	75.032
2020	15.331	-	20.973	-	-	-	36.304
2021	-	12.877	74.005	-	-	-	86.882
2023	-	11.930	-	-	-	-	11.930
2025	-	8.395	-	-	-	-	8.395
2027	-	4.507	-	-	-	-	4.507
TOTAIS	63.494	41.143	250.319	-	-	-	354.956

NOTA 4 – CONTAS A RECEBER

Os créditos estão apresentados pelo valor original deduzidos das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa - PECLD.

CRÉDITOS	30/06/17	31/12/16
Serviços Faturados	1.388.006	1.435.184
Serviços a Faturar	223.508	173.564
Cartões de Crédito	14.005	14.156
ACF/Prestação de Contas	429	401
ACC/Prestação de Contas	2.553	2.360
Débitos ACC	12	35
AGC/Prestação de Contas	119	136
Débitos Internacionais	527.476	437.547
AGF/Prestação de Contas	48	208
AGF/ Débitos Negociados	1.243	1.914
Valores a receber de AGF	71.891	67.711
Direito a receber AGF – Lei postal	1.640	1.466
Outros Débitos de Clientes	12	3
TOTAL	2.230.942	2.134.685

O detalhamento de serviços faturados, líquido das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa - PECLD, por período de vencimento e a vencer, estão detalhados a seguir:

VENCIMENTOS	30/06/17	31/12/16
Vencidos até 30 dias	51.990	86.430
Vencidos de 31 a 60 dias	25.599	16.976
Vencidos de 61 a 90 dias	27.442	10.231
Vencidos de 91 a 120 dias	28.772	4.968
Vencidos de 121 a 180 dias	23.378	27.357
Vencidos de 181 a 365 dias	25.651	22.522
Acima de 365 dias	15.714	17.812
Total de Valores Vencidos	198.546	186.296
A Vencer	1.219.982	1.286.318
Total a Receber	1.418.528	1.472.614
PCLD Total	(30.522)	(37.430)
Total Líquido a Receber	1.388.006	1.435.184

4.1 – Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa: foi constituída ao final do exercício, à base de 31,93% e 5,92% das faturas vencidas em cobrança administrativa de órgãos privados e públicos, respectivamente.

PECLD – 2º trimestre de 2017	
Títulos de empresas privadas vencidos ao fim do 2º trimestre de 2017 (31,93% do saldo)	26.724
Títulos de empresas públicos vencidos ao fim do 2º trimestre de 2017 (5,92% do saldo)	3.444

PECLD – 2º trimestre de 2017

Títulos de empresas em recuperação judicial ao fim do 2º trimestre de 2017 (100% do saldo)	354
TOTAL	30.522

PECLD – 2016

Títulos de empresas privadas vencidos ao fim de 2016 (31,93% do saldo)	33.110
Títulos de empresas públicas vencidas ao fim de 2016 (5,92% do saldo)	4.320
TOTAL	37.430

A seguir, o demonstrativo da movimentação das perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa – PECLD, composta pela parcela das perdas dedutíveis (Lei 9.430/96) e das perdas não dedutíveis.

MOVIMENTAÇÃO PECLD	30/06/17	31/12/16
Saldo Total em 1º janeiro	37.430	18.828
- Perdas dedutíveis em 1º janeiro	(93)	(130)
PECLD não dedutível em 1º de janeiro	37.337	18.698
Exclusões/Adições	(6.872)	18.639
PECLD não dedutível em 30 de junho	30.465	37.337⁽¹⁾
Perdas dedutíveis em 30 de junho	57	93 ⁽¹⁾
Saldo Total em 30 de junho	30.522	37.430⁽¹⁾

1) Período referente a 31/12/2016

Para fins fiscais, o saldo de PECLD constituída, em relação a Lei 9.430/96, é adicionado à apuração do Lucro Real, para a apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.

NOTA 5 – ESTOQUES

Os estoques estão armazenados em dois grandes centros de distribuição de materiais, responsáveis por suprir, as unidades administrativas, as unidades de atendimento e demais unidades operacionais. As perdas com estoque estão constituídas para os materiais que se encontram obsoletos, danificados ou vencidos .

MATERIAIS ESTOCADOS	30/06/17	31/12/16
Material para consumo	59.290	60.327
Material para revenda/almoxarifados	11.704	23.060
Material em consignação	565	565
Perdas com estoque	(2.855)	(2.695)
TOTAL	68.704	81.257

NOTA 6 – OUTROS VALORES E BENS

6.1 – Créditos com Pessoas Ligadas

CRÉDITOS COM PESSOAS LIGADAS	30/06/17	31/12/16
Serviço Saúde	51.557	55.199
Saúde Ocupacional	1.363	-
Ambulatórios	1	-
Dividendos a Receber	-	28
TOTAL	52.921	55.227

6.1.1 – Serviço Saúde: o valor atual refere-se ao pagamento de serviços de saúde (e outros gastos), realizados pelos Correios, os quais ainda não foram inclusos na prestação de contas do plano de saúde administrado pela Postal Saúde.

6.2 – Adiantamentos

	30/06/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Adiantamento Salarial	3.105	3.105	3.577	3.577
Adiantamento de Férias	45.038	45.038	121.652	121.652
Adiantamento 13º Salário	175.427	175.427	-	-
Demais Adiantamentos	6.239	6.239	5.420	5.420
TOTAL	229.809	229.809	130.649	130.649

6.2.1 – Demais Adiantamentos: referem-se aos adiantamentos a empregados para pagamento de pequenas despesas sujeitas a comprovação posterior, aos valores devidos pelos órgãos públicos, referentes aos empregados cedidos àqueles órgãos, bem como adiantamentos a estagiários.

6.3 – Impostos e Encargos Sociais a Compensar

Correspondem a valores de tributos, encargos sociais e outros valores recolhidos ou adiantados ao fisco que serão restituídos ou compensados com outros tributos administrados pela mesma autoridade fiscal.

	30/06/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
ISS retenção por clientes	995	995	1.223	1.223
IRRF/Aplicações financeiras	21.098	21.152	3.148	3.227
IR a restituir	86.222	87.681	203.778	204.873
CSLL a restituir	35.048	35.085	35.038	35.142
PIS a restituir/compensar	694	694	-	-
COFINS a restituir/compensar	3.299	3.299	57	57
Outros	84.632	84.634	33.708	33.709
TOTAL	231.988	233.540	276.952	278.231

6.3.1 – IR a Restituir e CSLL a Restituir: as contas abrigam os saldos dos tributos retidos por clientes e não utilizados até o final do exercício por ocasião de apuração de prejuízo fiscal. Estes valores passam a adquirir a característica de Saldo Negativo de Imposto de Renda e Base Negativa de CSLL e serão utilizados no exercício seguinte para pagamentos de débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal.

6.3.2 – PIS e COFINS a Restituir/ Compensar: referem-se a créditos tributários de pagamentos a maior decorrentes de recálculos fiscais.

6.3.3 – Outros

	30/06/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Lei 9.430 – Retenção na Fonte	80.018	80.018	26.804	26.804
IR	64.453	64.453	20.687	20.687
CSLL	14.461	14.461	5.261	5.261
COFINS	711	711	507	507
PIS/PASEP	393	393	349	349
Recolhimentos Indevidos	1.177	1.177	1.429	1.429
ICMS a recuperar/compensar	1642	1642	1.401	1.401
INSS retenção por clientes	60	60	239	239
Salário-Maternidade/Família	863	863	788	788
Outros Impostos	872	874	3.047	3.048
TOTAL	84.632	84.634	33.708	33.709

6.4 – Cobrança Jurídica/Inadimplência

Representam os direitos, líquido das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa – PECLD, cuja cobrança está no âmbito judicial.

COBRANÇA JURÍDICA/INADIMPLÊNCIA	30/06/17	31/12/16
Faturas em cobrança jurídica	1.011	1.146
Débitos de empregados em cobrança jurídica	11	11
Cobrança jurídica de débitos de terceiros	879	851
Inadimplentes - ACF	179	183
Inadimplentes - ACC	63	62
Inadimplentes - AGF	3.150	3.094
Cobrança jurídica - ISS	-	-
TOTAL	5.293	5.347

6.5 – Outros Créditos

OUTROS CRÉDITOS	30/06/17	31/12/16
Vale postal internacional - importação	167	171
Outros débitos de terceiros	14.570	7.515
Outros débitos de empregados	6.707	5.477
Venda de imóveis funcionais	12	9

OUTROS CRÉDITOS	30/06/17	31/12/16
Bens Sucateados	-	461
TOTAL	21.456	13.633

6.5.1 – Outros Débitos de Terceiros: o montante de R\$ 14.570 refere-se, principalmente, a multas aplicadas a fornecedores por descumprimento contratual. A perda não dedutível é constituída à base de 85% das multas aplicadas a fornecedores.

6.5.2 – Outros Débitos de Empregados: o montante de R\$ 6.707 refere-se a débitos decorrentes de prejuízos causados por empregados, como diferenças de caixas, desaparecimento de bens do imobilizado e outros.

6.5.3 – Venda de Imóveis Funcionais: o valor de R\$ 12 refere-se ao saldo remanescente, líquido da perda não dedutível, atualizado monetariamente, da venda de imóveis funcionais em 1991, cuja cobrança e recebimento das prestações estão sob a responsabilidade da Caixa Econômica Federal – CEF, conforme disciplinado na Lei nº 8.025/90. A perda não dedutível é constituída, anualmente, de forma a corresponder a 100% dos saldos vencidos há mais de 365 dias e não pagos pelos empregados e ex-empregados à Caixa Econômica Federal, para posterior repasse.

6.5.4 – Bens Sucateados: refere-se ao valor residual de bens móveis destinados a venda ou descarte.

NOTA 7 – ATIVO NÃO CIRCULANTE

7.1 – Investimentos não permanentes

7.1.1 – Outras Aplicações – DPV

As rubricas registradas no quadro a seguir foram reclassificadas do grupo Investimentos Permanentes para Ativo Realizável a Longo Prazo, na categoria de Disponível Para Venda – DPV, conforme disciplina a legislação vigente que tratam de Instrumentos Financeiros.

OUTRAS APLICAÇÕES - DPV	30/06/17	31/12/16
Participações não relevantes	3.516	3.516
FINAM	12.794	12.794
FINOR	15.268	15.268
Perda não-dedutível no investimento	(28.062)	(28.062)
Outros investimentos	895	895
TOTAL	4.411	4.411

7.1.1.1 – Participações Não Relevantes e FINAM/FINOR: são valores equivalentes, respectivamente, às participações não relevantes em Companhias Telefônicas, bem como aplicações em incentivos fiscais. Cabe mencionar que a perda não dedutível com o FINAM/FINOR equivale a 100% do saldo, tendo em vista o desempenho negativo apresentado por estes fundos desde 2002. Não há intenção de venda destes ativos em curto prazo.

7.2 – Depósitos Judiciais, Recursais e Administrativos

Estão compostos conforme a seguir:

DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS	30/06/17	31/12/16
Depósitos judiciais	21.666	21.743
Depósitos recursais	16.349	16.510
Depósitos recursais administrativos	70.185	68.269
Penhora de numerários	6.214	5.353
TOTAL	114.414	111.875

Os valores de R\$ 21.666 e R\$ 16.349 referem-se aos depósitos realizados em função das demandas judiciais, em que os Correios figuram como réu. O valor de R\$ 70.185 refere-se a depósitos efetuados para interposição de recursos na esfera administrativa junto ao INSS, referentes às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD. O valor de R\$ 6.214 refere-se às penhoras de numerário realizadas pela Justiça, por meio de bloqueios judiciais via BACENJUD. Cabe ressaltar o seguinte:

- a) os depósitos judiciais podem ser realizados espontaneamente pela Empresa ou em razão de determinação judicial e recebem atualização monetária;

- b) os depósitos recursais eram exigidos para interposição de recursos judiciais antes da empresa ser equiparada à Fazenda Pública e são atualizados monetariamente;
- c) os depósitos recursais administrativos são valores equivalentes a 30% do auto de infração, relativos às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD, aplicadas pelo órgão fiscalizador e recebem atualização monetária. Mediante esse depósito é interposto recurso administrativo;
- d) As penhoras consistem em constrições judiciais dos bens do devedor com a finalidade de garantir o pagamento de uma dívida. Assim, o ato de constrição é praticado pelo Juízo sem que haja prévia comunicação à empresa. As penhoras são realizadas via sistema BACENJUD, que interliga a Justiça ao Banco Central e às instituições bancárias, para agilizar a solicitação de informações e o envio de ordens judiciais ao Sistema Financeiro Nacional, via internet, e são reconhecidas como direito tendo em vista que a empresa foi equiparada à Fazenda Pública.

7.3 – Valores a Compensar:

	30/06/17	31/12/16
Impostos Retidos na Fonte	139.492	139.492
Imunidade Tributária	1.417.051	1.396.158
TOTAL	1.556.543	1.535.650

O saldo de R\$ 139.492 corresponde ao valor dos tributos federais retidos na fonte remanescentes da resilição contratual com o Banco do Brasil S/A. Os créditos fiscais foram solicitados, tempestivamente, em 2016 à Receita Federal mediante pedido de restituição.

O acréscimo dos valores a compensar decorrentes dos créditos da imunidade tributária (art.150, VI, "a", CF), diz respeito à parcela a recuperar do PIS e da COFINS pagos até o 2º trimestre de 2017, por força de enquadramento no regime de apuração não-cumulativo. As tratativas para adoção do regime aplicável a ente imunes a impostos estão sendo conduzidas pelos assessores jurídicos no âmbito da Receita Federal.

7.4 – Convênio Postal Saúde: Representa o valor repassado à operadora para a constituição do ativo garantidor das provisões técnicas, em especial a Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar – PESL, por exigência da IN nº 10/2007 da ANS.

7.5 – Outros:

	30/06/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Outros créditos a realizar	588	149	3.228	1459
Débitos de ex-empregados	366	366	333	333
Outros débitos de empregados	1.235	1.235	1.065	1.065
Ressarcimentos da Correiospar	102	-	400	-
Despesa Estrutura e Serv. Gerais Correiospar	56	-	190	-
TOTAL	2.347	1.750	5.216	2.857

7.5.1 – Outros Créditos a Realizar: do montante de R\$ 588 nesta rubrica, R\$ 439 referem-se a direito a receber da Correiospar, referente a folha de pagamento e tributos.

7.5.2 – Débitos de ex-empregados: referem-se a débito de ex-empregados não recuperados na rescisão contratual, anteriormente registrados em conta de outros débitos de empregados no curto prazo.

7.5.3 – Ressarcimentos da Correiospar: referem-se ao ressarcimento de atividades administrativas estabelecido conforme convênio entre a Correiospar e os Correios.

7.5.4 – Despesa Estrutura e Serviços Gerais a Correiospar: refere-se a utilização da estrutura e serviços gerais dos Correios para execução das atividades operacionais da Correiospar.

NOTA 8 – INVESTIMENTOS

Estão compostos conforme a seguir:

INVESTIMENTOS	30/06/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
CorreiosPar	28.039	-	28.538	-
Museus e coleções	993	993	1.001	1.001
Imóveis Mantidos para Investimento	564.050	564.050	550.406	550.406
Perda ao Valor Recuperável	(34)	(34)	(34)	(34)
Deprec. de imóveis mantidos para investimento	(5.415)	(5.415)	(4.073)	(4.073)
TOTAL	587.633	559.594	575.838	547.300

8.1 – Investimentos Permanentes

8.1.1 – Imóveis Mantidos para Investimentos: Os imóveis cedidos, alugados ou desocupados, ou seja, que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços ou finalidades administrativas são caracterizados como mantidos pelo proprietário para obter rendas ou valorização do capital, ou ambas, e, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 28 – Propriedades para Investimentos são classificados como Investimentos.

Rubrica	Valor Líquido em 31/12/16	Adições	Baixas	Transferências entrada	Transferências saídas	Depreciação/ Amortização	Valor Líquido em 30/06/17 ¹
Terrenos cedidos/alugados	72.605	-	-	-	-	-	72.605
Prédios cedidos/alugados	5.988	-	-	-	-	(212)	5.776
Terrenos desocupados	448.446	-	-	9.889	(135)	-	458.200
Prédios desocupados	19.252	-	-	4.008	(1.277)	(35)	21.948
Instalações desocupadas	43	-	-	377	(313)	(1)	106
Impairment desocupados	(34)	-	-	-	-	-	(34)
TOTAL DE PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO	546.300	-	-	14.274	(1.725)	(248)	558.601

(1) O valor líquido em 30/06/17 corresponde ao valor líquido de 31/12/16 somado às adições e subtraído das baixas e depreciação/amortização;

8.2 – Correiospar: Os Correios constituíram, em 24 de dezembro de 2014, a sociedade comercial sob forma de sociedade anônima, denominada Correios Participações S/A – Correiospar, com o capital subscrito de R\$ 300.000, representado por 300.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Desse montante, R\$ 30.000 foram integralizados.

Durante o 1º semestre de 2017 a Correiospar apresentou um prejuízo de R\$ 499, o saldo deste investimento no encerramento do período é de R\$ 28.039, ao aplicar o método de equivalência patrimonial.

NOTA 9 – IMOBILIZADO

Rubrica	Saldo em 31/12/16	Adições	Baixas	Transferências Entrada	Transferências Saída	Depreciação / Amortização	Bens Sucateados	Saldo em 30/06/17 ¹
Terrenos	3.681.051	-	716	135	(9.889)	-	-	3.672.012
Impairment Terrenos	(491)	-	-	-	-	-	-	(491)
Prédios	1.429.462	1.922	-	7.861	(3.999)	(21.712)	-	1.413.534
Instal. em Prédios Próprios	29.762	34.526	-	10.049	(862)	(2.433)	-	71.043
Impairment Prédios	(50.435)	-	-	-	-	-	-	(50.435)
Benfeit. em Imóveis de Terc.	40.812	5.009	(6)	4.560	(367)	(10.943)	-	39.066
Obras em Andamento	160.248	(28.475)	(956)	-	(21.632)	-	-	109.185
Subtotal de Imóveis	5.290.408	12.982	(246)	22.605	(36.749)	(35.087)	-	5.253.913
Moveis e Utensílios	218.090	4.944	(937)	932	(742)	(20.234)	332	202.385
Maquinas e Equipamentos	345.273	6.945	(710)	2.845	(1.504)	(20.228)	77	332.697
Veículos Motorizados	488.690	14.698	(202)	397	(398)	(36.232)	26	466.979
Veículos não Motorizados	6.232	804	(19)	-	-	(1.172)	8	5.852
Ferramentas e Instrumentos	409	14	(2)	-	-	(69)	5	357
Equip. Processamento de Dados	212.385	3.464	74	1.435	(1.364)	(38.739)	13	177.270
Aquisições em Andamento	85.004	81.662	-	-	-	-	-	166.666
Subtotal De Móveis	1.356.083	112.531	(1.796)	5.610	(4.008)	(116.675)	461	1.352.206

Rubrica	Saldo em 31/12/16	Adições	Baixas	Transferências Entradas	Transferências Saídas	Depreciação / Amortização	Bens Sucateados	Saldo em 30/06/17 ¹
TOTAL IMOBILIZADO	6.646.491	125.513	(2.042)	28.215	(40.757)	(151.762)	461	6.606.119

(1) O valor líquido em 30/06/17 corresponde ao valor líquido de 31/12/16 somado às adições e subtraído das baixas e amortização;

NOTA 10 – INTANGÍVEL

Corresponde aos *softwares* não integrados às máquinas e equipamentos registrados no imobilizado.

Rubrica	Valor Líquido em 31/12/16	Adições	Baixas	Transferência entrada	Transferência saídas	Depreciação / Amortização	Valor Líquido em 30/06/17 ¹
Software, Licenc. Similares	105.947	7.943	-	2.225	(2.225)	(17.125)	96.765
TOTAL INTANGÍVEL	105.947	7.943	-	2.225	(2.225)	(17.125)	96.765

(1) O valor líquido em 30/06/17 corresponde ao valor líquido de 31/12/16 somado às adições e subtraído das baixas e amortização;

NOTA 11 – PASSIVO CIRCULANTE

11.1 – Fornecedores: representam as obrigações referentes às aquisições de materiais e serviços e outras obrigações com fornecedores com vencimento, normalmente, no mês seguinte.

Fornecedores	30/06/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Material, Produtos e Serviços	510.805	510.805	785.565	785.565
Consignações	150	150	150	150
Outros	21	21	18	18
TOTAL	510.976	510.976	785.733	785.733

11.2 – Salários e Consignações: correspondem às obrigações trabalhistas devidas no mês, provenientes de despesas fixas e variáveis; às provisões de férias à base 1/12 (um doze avos) da remuneração de cada empregado acrescido do adicional de 70% (conforme acordo coletivo de trabalho) registradas mensalmente; e demais encargos sociais retidos.

Salários e Consignações	30/06/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Obrigações Trabalhistas	78.898	78.898	15.731	15.731
INSS - Empregado	42.337	42.337	43.578	43.578
Postalis (BD) - Empregado	7.601	7.601	17.654	17.654
Postalis (PostalPrev) - Empregado	21.946	21.946	46.845	46.845
Retenção SEST/SENAT	1	1	2	2
Férias	938.303	938.303	1.068.500	1.068.500
13º Salário	283.914	283.914	-	-
TOTAL	1.373.000	1.373.000	1.192.310	1.192.310

11.3 – Encargos Sociais: correspondem às obrigações relativas às contribuições patronais.

ENCARGOS SOCIAIS	30/06/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
INSS - empregador	119.068	119.068	128.553	128.553
Postalis - empregador	7.695	7.695	17.822	17.822
SENAI adicional	903	903	956	956
Salário educação	11.283	11.283	11.938	11.938
FGTS	40.352	40.352	56.928	56.928
INSS - contribuinte individual	146	146	240	240
PostalPrev - empregador	21.101	21.101	44.466	44.466
TOTAL	200.548	200.548	260.903	260.903

11.4 – Impostos e Contribuições: correspondem às obrigações relativas às contribuições sociais ao PIS e à COFINS incidentes sobre o faturamento, às retenções tributárias efetuadas na fonte sobre os rendimentos de empregados e de terceiros, bem como à outras obrigações tributárias.

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	30/06/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
INSS Empresas - retenção fonte	4.743	4.743	6.565	6.565
INSS retenção - contribuinte individual	79	79	123	123

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	30/06/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Cofins	44.966	44.966	56.213	56.213
Pasep	9.710	9.710	11.272	11.272
ICMS	6.446	6.446	6.167	6.167
ISSQN - retido de terceiros	4.157	4.157	5.758	5.758
IRF - retido de empregados	22.824	22.824	49.273	49.273
IRF - retido de terceiros	2.595	2.595	2.635	2.635
Retenções na fonte - Lei no 9.430/1996	19.141	19.141	23.706	23.706
Outras obrigações tributárias	-	-	610	610
TOTAL	114.661	114.661	162.322	162.322

11.5 – Arrecadações e Recebimentos: as obrigações que compõem esse grupo estão detalhadas no quadro a seguir. Cabe salientar que essas obrigações são liquidadas, mensalmente, e na forma pactuada nos contratos com terceiros.

ARRECADAÇÃO E RECEBIMENTOS	30/06/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Emissão vale postal nacional	2.205	2.205	5.632	5.632
Vale postal internacional - importação	234	234	239	239
Vale postal internacional - exportação	323	323	192	192
Reembolso postal – entrega	14	14	20	20
Venda de título de capitalização	2.405	2.405	2.131	2.131
Venda de produtos de terceiros e consignados	80	80	193	193
Recebimento de contas – serviços públicos	45	45	20	20
Recebimento de contas – serviços particulares	66	66	55	55
Recebimento para o Postalis	27.506	27.506	31.631	31.631
Recebimento de imposto de importação	6.349	6.349	6.184	6.184
Serviços virtuais	279	279	229	229
Certificado digital	4.519	4.519	1.814	1.814
Outros recebimentos/arrecadações	82	82	140	140
TOTAL	44.107	44.107	48.480	48.480

11.5.1 – Emissão de Vale Postal Nacional: corresponde à execução do serviço de vale postal (VPN) e de vale postal nacional eletrônico (VPN-e) na modalidade nacional.

11.5.2 – Recebimento para o Postalis: refere-se ao repasse para o Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – Postalis – dos empréstimos consignados dos funcionários dos Correios.

11.5.3 – Recebimento de Imposto de Importação: refere-se a valores arrecadados relativos à cobrança do imposto de importação quando da entrega de objetos postais importados de outros países.

11.5.4 – Certificado Digital: refere-se à comercialização dos certificados digitais da autoridade certificadora SERPRO/RFB para pessoas físicas e jurídicas.

11.5.5 – Venda de Produtos de Terceiros e Consignados: referem-se a produtos de terceiros vendidos nas agências, cartões postais, cartões telefônicos, etc.

11.6 – Adiantamentos de Clientes: refere-se, principalmente, a adiantamento de clientes de órgãos públicos no mês de março.

11.7 – Contas Internacionais a Pagar: o valor de R\$ 82.953 representa as obrigações para com as administrações postais, operadores privados e companhias aéreas, em face das transações internacionais dos Correios. O saldo de junho/2017 ainda traz a influência de saldos de anos anteriores, tendo em vista a própria dinâmica temporal das regras estabelecidas pela convenção da União Postal Universal – UPU, da qual o Governo Brasileiro é signatário e os Correios são obrigados a seguir.

11.8 – Precatórios Judiciais: são obrigações decorrentes de sentenças judiciais acrescidas, mensalmente, da atualização monetária. O saldo de junho/2017 equivale às obrigações vencíveis no curto prazo.

PRECATÓRIOS JUDICIAIS	30/06/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Precatórios (Circulante)	98.744	98.744	89.145	89.145
TOTAL	98.744	98.744	89.145	89.145

11.9 – Provisões com Patrocinadas/Mantidas:

Provisões	30/06/17	31/12/16
Correios Saúde	393.876	387.894
Previdência	16.000	22.160
Postalis (BD)	15.000	20.678
Postalis (PostalPrev)	1.000	1.482
TOTAL	409.876	410.054

11.10 – Empréstimos e Financiamentos: A seguir é apresentada a composição do saldo de empréstimos e financiamentos e suas principais características:

Data	Saldo da Obrigação	Amortização Principal	Juros	Encargos* Financeiros	Despesa do exercício	Dívida Líquida
31/12/16	750.000	-	-	(29.076)	999	721.923
30/06/17	721.923	-	(51.656)	-	54.559	724.826

*Refere-se à Comissão Flat, Imposto sobre Operações Financeiras(IOF) e Despesas Bancárias

Características	CCB ¹ - Banco do Brasil
Objetivo	Capital de Giro
Saldo da Obrigação Inicial	750.000
Data de Emissão	28/12/2016
Vencimento Final	28/12/2021
Remuneração	De 125 a 130% do CDI
Exigibilidade de Juros	Mensal a partir de Jan/2017
Encargos Financeiros Totais ²	29.076
Amortizações	48 parcelas mensais consecutivas a partir de 28/01/2018
Garantia	Direitos creditórios vencíveis a prazo de até 180 dias.

1 - Cédula de Crédito Bancário.

2 - Refere-se à Comissão Flat, Imposto sobre Operações Financeiras(IOF) e Despesas Bancárias.

11.11 – Participação nos Lucros e Resultados – PLR: referem-se a valores pendentes de pagamento a empregados afastados ou desligados dos Correios, à PLR de 2012 e 2013 dos dirigentes, a dedução do Índice de Desempenho Operacional - IDO, pelo não atingimento de metas, à reserva técnica de exercícios anteriores provisionada para fazer face a possíveis questionamentos de empregados na justiça, e a valores pendentes de pagamento a empregados ativos no qual não houve acordo com o sindicato respectivo.

11.12 – Receitas a Apropriar: do montante de R\$ 21.632, registrado nesta rubrica, R\$ 21.621 decorrentes de aluguéis de caixas postais que, tendo em vista o regime de competência, devem ser apropriadas no curso de 2017; e R\$ 10 de valores repassados por órgãos públicos antecipadamente para serem descontados quando da prestação de serviços postais pelos Correios.

11.13 – Obrigações Financeiras a Pagar:

Em face do Distrato, os Correios reconheceram um custo gerado pela rescisão no valor de R\$ 405.233, derivados da atualização monetária do valor principal a ser devolvido de R\$ 1.460.017, constituindo, em 31/05/2014, uma dívida de R\$ 1.865.250.

Data do Distrato	Valor Principal	Valor da Atualização	Valor Total
30/05/2014	1.460.017	405.233	1.865.250

Verifica-se que o custo gerado com este Distrato está condicionado à assinatura do novo contrato, o qual enseja um aumento de receita com o serviço de Banco Postal. Assim, seguindo o princípio da confrontação da Receita com a Despesa, o custo da operação, deverá ser apropriado na despesa à medida que a receita do novo Contrato é reconhecida, durante o período de 30 meses.

Até 2016, foi pago o montante de R\$ 1.411.848, referente às duas primeiras parcelas do Distrato (a primeira parcela, paga em 02/01/2015, no valor de R\$ 662.014 e a segunda parcela, paga em 04/01/2016, no valor de R\$ 749.834).

Em 05/12/2016, foi assinado o segundo termo aditivo ao Instrumento de Distrato do Contrato de Correspondente – Banco Postal, que alterou a forma de pagamento da terceira parcela da devolução prevista no Distrato. Com a nova redação, o saldo devedor apurado em 05/12/2016, no valor de R\$ 846.311, deverá ser pago em 36 (trinta e seis) parcelas consecutivas e mensais, correspondentes, cada uma, a 1/36 (um, trinta e seis avos) do seu valor, admitindo-se a antecipação do pagamento.

As parcelas mensais são atualizadas, mensalmente, pela taxa Selic, desde 05/12/2016 até a data do seu efetivo pagamento, no qual o vencimento da 1ª parcela ocorreu em 02/01/2017. Ao final do 2º trimestre a dívida referente ao Distrato do Banco Postal tem a seguinte composição:

DISTRATO DO BANCO POSTAL				
Data	Saldo da Obrigação	Amortização da dívida	Despesa do exercício	Dívida Total
31/12/16	1.351.063	(749.834)	253.699	854.928
30/06/17	854.928	(145.995)	46.456	755.389

11.14 – Convênio Postal Saúde:

Trata-se das obrigações a pagar para operadora do plano de saúde dos funcionários dos Correios.

CONVÊNIO POSTAL SAÚDE	30/06/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saúde Ocupacional	6.998	6.998	4.614	4.614
Ressarcimento de Despesas Administrativas	67.417	67.417	71.295	71.295
Ambulatórios	4.857	4.857	-	-
Benefício Medicamentos	1.609	1.609	948	948
TOTAL	80.881	80.881	76.857	76.857

11.15 – Outros Débitos

OUTROS DÉBITOS	30/06/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Convênio Sesi/Senai	8.879	8.879	7.905	7.905
Caução de fornecedores	27.131	27.131	27.745	27.745
Outros créditos diversos	1.326	1.326	2.248	2.248
Valores a regularizar	4.929	4.930	18.021	18.021
TOTAL	42.265	42.266	55.919	55.919

11.15.1 – Convênio Sesi/Senai: o montante de R\$ 8.879 refere-se à parcela retida, pelos Correios, dos pagamentos a serem efetuados ao Sesi/SENai, conforme contrato, para aplicação em programas assistenciais de treinamento e lazer.

11.15.2 – Caução de Fornecedores: o valor de R\$ 27.131 corresponde aos depósitos em dinheiro recebidos como garantia para participação de licitação ou para cumprimento de contratos.

NOTA 12 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

12.1 – Benefício Pós-Emprego

12.1.1 – Composição da provisão para benefícios pós-emprego

As provisões para benefícios pós-emprego referem-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os planos de aposentadoria, pensão, assistência à saúde sob responsabilidade dos Correios.

Essas provisões são coincidentes na demonstração individual e consolidada. A tabela a seguir apresenta a composição dessas provisões e das despesas:

Provisão para Benefícios Pós-Emprego (Passivo)		
Descrição	30/06/17	30/06/16
CorreiosSaúde	6.532.848	6.532.848
Benefício Definido – BD	1.997.014	1.934.287
Total da obrigação atuarial¹	8.857.832	8.467.135

Despesas		
Descrição	30/06/17	30/06/16
A CorreiosSaúde Ativos	738.772	737.689
B CorreiosSaúde Aposentados	134.237	150.991
C=A+B CorreiosSaúde Total	873.009	888.680
D Despesa com Provisão Pós-Emprego Saúde	327.970	487.655
E=B+D Total da Provisão do Pós-Emprego Saúde²	462.207	638.647
F Despesa Postalís Empregador	124.448	49.408
G Despesa Administrativa/outros Postalís	78.533	115.762
H Despesa com Provisão Pós-Emprego Previdência	(12.445)	(4.941)
I=F+G+H Total das Despesas com Pós-Emprego Previdência³	190.536	160.229
J=E+I Total Provisão Pós-Emprego	652.743	798.876

1. Devido às peculiaridades do Plano Postalís – BD, para compor o total da obrigação atuarial aqui discriminada, deve-se somar as obrigações de curto e longo prazo de benefício pós-emprego com o valor de R\$ 7.695 em 2017 Nota 11.3., registrados na conta Postalís – Empregador em encargos sociais e R\$ 15.000 referente a Postalís Empregador registrado no subgrupo Provisões com Patrocinadas/Mantidas – Nota 11.9.

2. Valores projetados como custo do serviço e custo do juros da Correios Saúde para 2017;

3. Valores projetados como custo do serviço e custo do juros da Postalís - BD para 2017.

Os benefícios são disponibilizados a empregados, aposentados e pensionistas, em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações. A seguir, são apresentados mais detalhes de cada um desses planos:

12.1.1.1 – Plano de Saúde – CorreiosSaúde

Até dezembro de 2013 o plano de saúde dos Correios era de autogestão na modalidade coletivo empresarial, prestado aos beneficiários com abrangência em todo território Nacional.

A Postal Saúde - Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios, operadora de planos privados de assistência à saúde, registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sob o nº 41913-3, classificada na modalidade autogestão, constituída em abril de 2013, é uma associação civil, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Desde o dia 1º de janeiro de 2014, toda a operação do Plano de Assistência Médico-Hospitalar e Odontológica dos Correios, é realizada pela Postal Saúde. O processo envolve a operacionalização da assistência, além da responsabilidade técnica e contratual sobre os serviços assistenciais contratados junto à Rede Credenciada.

Em 05/12/2013 foi celebrado entre os Correios e a Postal Saúde um Convênio de Adesão que formaliza a condição da Empresa como Patrocinadora Mantenedora do plano.

O Plano de Saúde, denominado CorreiosSaúde, é oferecido como benefício aos empregados ativos, aposentados, aposentados por invalidez e anistiados dos Correios e seus dependentes, bem como aos empregados ativos, aposentados e aposentados por invalidez do Postalís e seus dependentes.

Os Correios têm a obrigação de participar dos custeios dos planos de assistência à saúde operados pela Postal Saúde, repassando os recursos financeiros para cobertura das despesas com a rede credenciada e com os custos de administração.

Atualmente, o Plano CorreiosSaúde é operado na modalidade de preço pós-estabelecida, sendo que os participantes arcam com uma coparticipação sempre que utilizam o plano. A coparticipação é variável em função do tipo de atendimento e do nível salarial dos empregados, com percentual de coparticipação entre 10% a 50%.

O Plano CorreiosSaúde não possui ativos financeiros garantidores, portanto a provisão calculada corresponde ao valor da obrigação atuarial.

12.1.1.2 – Plano de Previdência – Previdência Complementar

- **PostalPrev – CV**

O plano de benefícios PostalPrev é patrocinado pelos Correios e administrado pelo Postalis. O PostalPrev é um plano de previdência complementar estruturado na modalidade de Contribuição Variável. Este reúne vantagens da Contribuição Definida para os benefícios programados (aposentadoria normal e antecipada) e do Benefício Definido para os benefícios de risco (auxílio-doença, invalidez, pecúlio e pensão por morte).

A contribuição normal do participante, inclusive do participante auto patrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de contribuição, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 1%. O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes.

- **Postalis – BD**

O Plano de Benefício Definido do Postalis foi instituído na ocasião da criação do Instituto, em 1981, com o objetivo oferecer, aos empregados da ECT e suas famílias, rendas adicionais aos benefícios pagos pela Previdência Social. O plano de benefício definido é aquele em que participantes e patrocinadora contribuem, solidariamente, para os benefícios programáveis e de risco.

O referido plano teve o saldamento de benefício definido por meio de alteração em seu regulamento em 2008.

O plano de benefício assegura a seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio funeral, auxílio doença, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate.

12.1.1.3 – Avaliação Atuarial

Em 2016, a empresa VESTING CONSULTORIA FINANCEIRA E ATUARIAL foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pelos Correios.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), recepcionado pela Deliberação CVM nº 695/2012, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pelos Correios.

O valor presente da obrigação de benefício definido e o respectivo custo atual dos seus serviços e dos serviços passados foram mensurados pelo método da unidade de crédito projetada.

O resultado e pagamentos esperados para o exercício seguinte são:

PROJEÇÕES PARA 2017			
Descrição	CorreiosSaúde	PostalPrev	Postalis - BD
Custo do serviço corrente líquido	(180.323)	43.699	61.137
Custo de juros líquido	(744.091)	19.834	(440.631)
Total da despesa/receita a reconhecer	(924.414)	63.533	(379.494)

12.2 – Passivos Contingentes: os Correios estão envolvidos, no curso normal de suas operações, em processos legais, de natureza trabalhista, cível e tributária. A Empresa constituiu provisões para processos classificados como perda provável a valores considerados pelos assessores jurídicos e pela Administração como sendo suficientes para cobrir futuros desembolsos.

Os processos trabalhistas são movidos, na grande maioria, por ex-empregados, empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função, representação e outros.

Nas ações de natureza cível, destacam-se, principalmente, as ações de cobrança movidas por fornecedores pelo entendimento de vícios nos contratos de prestação de serviço e/ou fornecimento de produtos.

As ações tributárias compreendem, principalmente, as contribuições previdenciárias retidas nas faturas de prestação de serviços das empresas ao não recolhimento de contribuição previdenciária pelos Correios em face de divergências sobre a natureza (indenizatória ou remuneratória) de verba paga a empregado em várias modalidades (principalmente abono).

As provisões são constituídas à base de 100% do valor de cada demanda judicial ou administrativa, movida contra os Correios, cujo desfecho seja avaliado pela área jurídica como de perda provável. Em 31 de junho de 2017, essas provisões, atualizadas monetariamente, são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza das correspondentes causas:

12.2.1 – Movimentação das Provisões Passivas Contingenciadas:

Natureza	Saldo Inicial 31/12/16	Valor alterado para perda "Possível" ou "Remota"	Valor convertido em Precatório	Valor alterado ⁽¹⁾	Valor incluído	Atualização monetária do período	Saldo final 30/06/17
DEMANDAS JUDICIAIS							
Cível	54.855	-5.652	-598	-13	5.031	1.907	55.530
Fiscal	9.492	-4.185	-5	-21	1.405	555	7.241
Trabalhista	410.392	-23.228	-8.885	-76.165	13.711	-15.295	300.530
Sub total	474.739	-33.065	-9.488	-76.199	20.147	-12.833	363.301
DEMANDAS ADMINISTRATIVAS							
Cível	-	-	-	-	-	-	-
Fiscal	1	-1	-	-	2.459	10.003	12.462
Trabalhista	-	-	-	-	-	-	-
Sub total	1	-1	0	0	2.459	10.003	12.462
Total	474.740	-33.066	-9.488	-76.199	22.606	-2.830	375.763

(1) Refere-se à alteração do valor inicial de provisão de algumas causas a critério do departamento jurídico.

12.2.2 – Processos Judiciais e Administrativos Não Provisionados

12.2.2.1 – Perda Possível

A empresa possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração como possível. Em 30/06/2017, os passivos contingentes com risco de perda possível são representados por 15.132 processos, conforme demonstrado na tabela.

Em 30/06/17 Natureza Processual	Processo Judicial		Processo Administrativo		Total	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Cível	3.584	500.734	51	531	3.635	501.265
Fiscal	754	390.338	369	450.057	1.123	840.395
Trabalhista	10.357	719.023	17	59	10.374	719.082
Total	14.695	1.610.095	437	450.647	15.132	2.060.742

12.3 – Tributos Compensados: O valor refere-se a ações judiciais cujo mérito visa reconhecer o direito dos Correios em compensar débitos de PIS e COFINS com créditos de FINSOCIAL.

TRIBUTOS COMPENSADOS	31/06/2017		31/12/2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Tributos Compensados		13.291		11.203
TOTAL		13.291		11.203

12.4 – Tributos Diferidos: O saldo deste grupo representa a CSLL diferida passiva constituída sobre o custo atribuído do ativo imobilizado e sobre as diferenças temporárias entre a despesa societária e fiscal de depreciação e amortização, cuja liquidação acontecerá à medida que as parcelas de depreciação incidente sobre os bens afetarem o resultado, ou quando da alienação ou baixa destes.

TRIBUTOS DIFERIDOS	31/03/2017		31/12/2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
CSLL Diferido	473.321	473.321	473.321	473.321
TOTAL	473.321	473.321	473.321	473.321

12.5 – Mandados e Precatórios: são obrigações decorrentes de sentenças judiciais acrescidas, mensalmente, da atualização monetária. O saldo de 2016 equivale às obrigações vencíveis em 2018:

PRECATÓRIOS/MANDADOS JUDICIAIS	30/06/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Precatórios (Não-Circulante)	33.924	33.924	18.642	18.642
TOTAL	33.924	33.924	18.642	18.642

12.6 – Obrigações Trabalhistas

12.6.1 – Parcelamento de Dívidas - PRT: Em 31 de maio de 2017, houve a adesão ao Programa de Regularização Tributária (PRT), conforme previsto na MP nº 766 de 4 de janeiro de 2017, incluindo débitos de natureza previdenciárias junto à Receita Federal do Brasil, vencidos até 30 de novembro de 2016. A opção de modalidade de pagamento foi pela redução de 76% da dívida com a utilização de créditos fiscais sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e 24% em 24 parcelas mensais atualizadas pela SELIC a partir do mês da adesão.

PRT- Programa de Regularização Tributária	Valor
Débitos Previdenciários	177.798
Utilização de prejuízo fiscal de IRPJ e base de cálculo negativa da CSLL ¹	(135.127)
Valor Parcelado	42.672
Parcelas Pagas	3.556
Passivo Circulante	32.004
Passivo Não - Circulante	7.112

1) O prejuízo fiscal de IRPJ e a base negativa de CSLL, foram utilizados para o pagamento dos débitos previdenciários. A adesão ao programa ocasionou a realização do ativo fiscal diferido sobre base negativa de CSLL, no valor de R\$ 3.048 e de uma receita R\$ 132.078 proveniente da utilização dos créditos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.

12.6.2 – O Plano de Desligamento Incentivado – PDI foi aprovado em novembro de 2016 para os empregados em condições de se aposentar, com desligamentos no período de março a junho/2017. Até o 2º trimestre de 2017 houve 5.945 adesões, com previsão de 6.364 empregados até o final do Plano, com um passivo de R\$ 608.709. Os pagamentos de incentivos totalizaram R\$ 14.618 até o 2º trimestre de 2017.

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1 – Composição Acionária do Capital Social: Capital Social constituído integralmente pela União, na forma do Art. 6º do Decreto-Lei, nº 509, de 20 de março de 1969 que, em 30/09/16, totaliza R\$ 3.179.458. A atualização do valor do Capital Social no Estatuto está em andamento. As informações detalhadas do Capital Social foram apresentadas na Nota 14 das Demonstrações Financeiras de 2016.

13.2 – Ajuste de Avaliação Patrimonial: valores correspondentes à adoção inicial do CPC 27, com a implantação do custo atribuído para os bens imóveis, conforme detalhado a seguir:

AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	30/06/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custo Atribuído - Imóveis	4.918.053	4.918.965	4.931.965	4.931.965
Tributo Diferido	(443.585)	(443.585)	(443.585)	(443.585)
TOTAL	4.474.468	4.488.380	4.488.380	4.488.380

13.3 – Outros Resultados Abrangentes: valores correspondentes a ganhos e perdas atuariais, representados por mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido projetada para

o futuro, resultantes de ajustes pela experiência e/ou efeitos de novas premissas atuariais, reconhecidos contabilmente nos termos do CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados.

OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	30/06/17	31/12/16
Passivo atuarial líquido – BD	(1.251.016)	(1.251.016)
Tributo diferido sobre o passivo atuarial – BD	112.591	112.591
Passivo atuarial líquido – Correios saúde	(2.935.534)	(2.935.534)
Tributo diferido sobre o passivo atuarial – Correios saúde	264.198	264.198
Passivo atuarial líquido – POSTALPREV	(187.985)	(156.218)
TOTAL	(3.997.746)	(3.965.979)

13.4 – Prejuízos Acumulados: o prejuízo do exercício de R\$ 1.444.320 resultando um prejuízo acumulado de R\$ 4.846.186.

NOTA 14 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

14.1 – Receita Líquida de Vendas e Serviços

As receitas operacionais líquidas são decorrentes das atividades postais de franqueamento, mensagem, marketing direto, encomenda, expresso, financeiro, conveniência, correio eletrônico, logística integrada e venda de material de consumo, no âmbito interno. É composta também pelas receitas internacionais, que são as decorrentes de postagens destinadas ao exterior e de serviços prestados mediante acordos com Administrações Postais e empresas.

	30/06/17	30/06/16
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	8.887.068	9.112.752
Receitas Nacionais	8.683.207	8.916.313
Receitas Internacionais	203.861	196.439
(-) DEDUÇÕES	538.404	626.626
Impostos e abatimentos sobre a Receita Bruta	520.223	625.808
Receitas canceladas	18.181	818
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	8.348.664	8.486.126

No 2º trimestre de 2017 a Receita Líquida atingiu o montante de R\$ 8.348.664. Levando-se em consideração os sete maiores destaques nas vendas, que alcançam 88% da receita líquida, o Franqueamento Autorizado de Cartas e o SEDEX contribuíram com 50% da receita líquida do período.

RECEITAS	30/06/17	(%)	30/06/16	(%)
Franqueamento Autorizado de Cartas FAC	2.665.805	32	2.720.887	32
Sedex	1.528.322	18	1.462.222	17
Carta	1.338.518	16	1.372.001	16
PAC	1.131.606	14	901.727	13
Banco Postal	114.221	1	606.796	1
Mala Direta Postal	212.910	3	238.686	3
E-Sedex	317.141	4	313.420	4
TOTAL	7.308.523	88	7.615.739	90

14.2 – Custos dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados

Os custos no 2º trimestre de 2017 atingiram R\$ 7.622.109. Desse total, R\$ 5.081.138 referem-se a custo com pessoal, encargos e serviço saúde, o restante foi distribuído, principalmente, entre custos de prestação de serviços de terceiros, transportes e material de consumo.

	30/06/17	30/06/16
Pessoal	5.081.138	4.904.259
Dispêndios de Pessoal (Salários/ Encargos/ Benefícios)	4.208.129	4.015.580
Serviço Saúde	873.009	888.679
Material e Produtos	107.498	122.733
Serviços Pessoas Físicas/Jurídicas	540.095	546.678
Utilidades	165.577	175.007
Aluguéis	226.098	237.312
Impostos/Taxas/Contribuições	13.943	16.736
Transporte de Malas e Malotes	690.485	725.444
Depreciação e Amortização	100.105	105.234

	30/06/17	30/06/16
Internacionais	22.758	32.904
Remuneração de AGF	674.412	578.505
TOTAL	7.622.109	7.444.812

14.3 – Despesas com Vendas/Serviços

Representam os gastos de promoção, distribuição dos produtos/serviços, bem como os riscos assumidos pela venda, atingindo o valor de R\$ 92.291.

	30/06/17	30/06/16
Propaganda e Publicidade	13.135	42.532
Patrocínio	7.495	23.444
Descontos	-	-
Provisão para Perdas	(16.051)	(1.025)
Remuneração de Unid. Terceirizadas	45.680	54.027
Multa Contratual de Clientes	17.679	-
Perdas (Faturas/Debito de ACF)	23.134	194
Outros	1.219	1.544
TOTAL	92.291	120.716

14.4 – Despesas Gerais e Administrativas

Representam os gastos, pagos ou incorridos, para direção ou gestão da Empresa e constituem-se de várias atividades gerais, que beneficiam todas as fases do negócio. Atingiu o montante de R\$ 2.200.328, sendo que a despesa de R\$ 2.198.200 refere-se à Controladora e R\$ 2.128 refere-se à Controlada.

As despesas com Programa de Desligamento Incentivado foram reconhecidas em R\$ 623.327, como indenizações trabalhistas no 2º trimestre de 2016, impactando o grupo Dispêndios de Pessoal.

	30/06/17	30/06/16
Dispêndios de Pessoal (Salários/ Encargos/ Benefícios)	1.093.316	1.085.001
IF – PDI/PDV	623.327	-
Pós-Emprego Previdência	78.533	115.762
Pós-Emprego Saúde	327.970	487.655
Outras Despesas	77.182	80.249
TOTAL	2.200.328	1.768.667

14.5 – Resultado de participação em controlada

Representa prejuízo de R\$ 499 decorrente do resultado da Correiospar até o 2º trimestre de 2017.

14.6 – Outras Receitas Operacionais

	30/06/17	30/06/16
Multas de fornecedores	57.573	42.380
Atividades não continuadas	2.009	5.689
Multas de clientes	17.403	19.995
Anuidade de ACF's	6.852	5.936
Despesas recuperadas/Outras	9.324	18.197
Ganhos Contingenciais de COFIN	17.216	-
Ganhos Contingenciais de PIS	3.494	-
TOTAL	113.871	92.197

14.7 – Outras Despesas Operacionais

Representam as transações que não constituem atividades principais da Empresa, conforme detalhado a seguir:

	30/06/17	30/06/16
Impostos vinculados à receita (PIS/COFINS)	34.155	69.633
Prejuízos na alienação de bens	2.573	598
TOTAL	36.728	70.231

14.8 – Receitas Financeiras

	30/06/17		30/06/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Rentabilidade de Aplicações Financeiras	88.718	90.424	85.161	87.445
Varição Cambial Internacional	53.618	53.618	39.099	39.099
Juros	6.928	6.928	11.926	11.926
Varição Monetária	11.913	11.916	11.789	11.799
Outras Receitas Financeiras	4.096	4.096	5.781	5.781
TOTAL	165.273	166.982	153.756	156.050

14.9 – Despesas Financeiras

	30/06/17		30/06/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Encargos Financiamento dívida interna	101.147	101.147	143.572	143.572
Varição Cambial	28.954	28.954	137.668	137.668
Perdas em Aplicações Financeiras	2.846	2.846	31.628	31.628
Notificação de Infração	103.368	103.368	166	166
Outras	15.937	15.938	7.667	7.671
TOTAL	252.252	252.253	320.701	320.705

NOTA 15 – CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

15.1 – Contribuição Social no Resultado

Devido a adoção da imunidade tributária recíproca, a Empresa passou, a partir do ano de 2017, a apurar apenas a contribuição social sobre o lucro em observância aos preceitos constitucionais do art. 150, VI, “a”, da Constituição Federal.

A despesa da CSLL do período compreende o tributo corrente e diferido. Este é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado aos itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, a contribuição também é reconhecida no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo da contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias vigentes, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que houve a geração do resultado tributável.

O quadro a seguir demonstra a composição da base de cálculo da CSLL:

DEMONSTRATIVO DE CSLL	30/06/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Resultado antes do JSCP	(1.576.399)	(1.576.898)	(657.080)	(658.559)
(+/-) Ajustes Lei 12.973/14 ¹	(52.077)	(52.077)	(125.667)	(125.667)
Resultado antes da Contribuição Social (CSLL)	(1.628.476)	(1.628.976)	(782.747)	(784.226)
CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(146.563)	(146.745)	(266.158)	(266.661)
Efeito da CSLL sobre as diferenças permanentes	2.274	2.279	(180.543)	(180.523)
Efeito da CSLL sobre ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-
Efeito da CSLL sobre as diferenças temporárias	10.328	10.328	326.601	326.555
Adições	266.458	266.458	516.639	516.703
Exclusões	(256.130)	(256.130)	(190.038)	(190.148)
Efeito da CSLL Base Negativa	(133.960)	(134.137)	(120.100)	(120.629)
Contribuição Social Correntes	-	-	-	-
Tributos Diferidos²	132.079	-	(11.310)	(11.310)
Baixa de Imposto de Renda não recuperável	-	-	(821.115)	(821.115)

1) Valor da diferença apurada entre a depreciação fiscal e a societária, cujo resultado é excluído da base fiscal.

2) Em decorrência da adesão do PRT – Programa de Recuperação Fiscal, a empresa quitou débitos fiscais com créditos de prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL apurados em anos anteriores. Desta forma, o benefício tributário do PRT culminou em um ganho não tributável, ocasionado pela ausência de desembolso financeiro em contrapartida a quitação dos débitos que encontravam-se no âmbito da Receita Federal. Vide nota explicativa nº 11.16.

15.2 – Contribuição Social no Diferido

Os valores da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferida no Ativo são provenientes de diferenças temporárias e de base de cálculo negativa de CSLL. A CSLL diferida passiva é proveniente das diferenças temporárias entre a depreciação fiscal e a societária determinada pela Lei 12.973/2014, conforme demonstrado a seguir:

Tributos Diferidos	31/12/2016	Constituição	Reversão	30/06/2017
Ativos de Impostos Diferidos				
Prejuízos Negativas CSLL	33.868	-	3.048	30.820
Contingências Trabalhistas	17.708	-	-	17.708
Contingências Cíveis	5.022	-	-	5.022
Fornecedores Provisão	36.004	-	-	36.004
Reservas a Amortizar Déficit BD - Postalis	10.268	-	-	10.268
Reservas a Amortizar Déficit Saúde	147.255	-	-	147.255
Outras Contingências	29.638	-	-	29.638
Ajustes RTT				
Perda por Valor Recuperável Terrenos - Impairment	44	-	-	44
Perda por Valor Recuperável Prédio - Impairment	4.542	-	-	4.542
Depreciação de Bens Operacionais Importados - Custo Atribuído	129	-	-	129
Total de Ativos de Impostos Diferidos	284.478		3.048	281.430
Passivos de Impostos Diferidos				
Ajustes RTT				
Diferenças Temporárias - Depreciação de Bens Operacionais	29.736	-	-	29.736
Total de Passivos de Impostos Diferidos	29.736	-	-	29.736

Na prática, os ativos fiscais são provenientes das adições de despesa ao lucro real, enquanto os passivos fiscais diferidos são provenientes das exclusões das receitas, ambos temporariamente não tributáveis, que geram o registro de créditos ou débitos tributários diferidos.

A contribuição social diferida ativa é reconhecida somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

Não foi realizada nenhum tipo de constituição de CSLL diferida sobre a base negativa apurada, uma vez que, as projeções de resultado para os próximos exercícios são suficientes apenas para suportar a perspectiva de realização dos saldos existentes até 31/12/2014.

As incertezas quanto ao cenário macroeconômico do país, sedimentam a decisão por não constituir ativos diferidos no exercício de 2017, bem como nenhum incremento relativo a rerepresentações de exercícios anteriores, uma vez que as projeções podem oscilar significativamente.

A parcela realizada do ativo fiscal diferido de CSLL, refere-se aos efeitos da adesão ao PRT- Programa de Regularização Tributária, conforme MP-766/2017, que permitiu a quitação de débitos fiscais com a utilização de créditos fiscais de base negativa de CSLL.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

15.3 – Contribuição Social Diferidos Reconhecidos sobre Outros Resultados Abrangentes e no Patrimônio Líquido:

Foram constituídos tributos diferidos ativos e passivos sobre outros resultados abrangentes e sobre os ajustes de avaliação patrimonial no PL, em decorrência da adoção dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, conforme demonstração a seguir:

Tributos Diferidos Sobre o ORA e PL (AAP) 31/12/2016 Constituição Reversão 31/12/2017

Ativo de Impostos Diferidos Decorrentes de Despesas Reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes:

Benefício Pós Emprego Plano de Saúde	264.199	-	-	264.199
Benefício Pós emprego Postalís BD	112.591	-	-	112.591
Total de Ativos de Impostos Diferidos	376.790			376.790

Passivos de Impostos Diferidos Decorrentes de Receitas Reconhecidas Diretamente no Patrimônio Líquido:

Ajuste de Avaliação Patrimonial - Custo Atribuído	443.585	-	-	443.585
Total de Passivos de Impostos Diferidos	443.585	-	-	443.585

Os Ativos e Passivos Fiscais Diferidos de contribuição social foram calculados às alíquotas de 9% respectivamente, sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas advindas da Lei nº 11.638/2007 e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A realização destes direitos, cuja origem vincula-se a eventos futuros, ocorrerá mediante a garantia de que o aumento do patrimônio em decorrência do novo custo atribuído aos bens poderá ocasionar a qualquer tempo resultado tributável em decorrência da alienação destes. Somado a este entendimento, existe a expectativa de realização de outros lucros previstos nas premissas estratégicas.

O saldo destes ativos é revisado a cada ano e pode ser alterado a qualquer tempo.

NOTA 16 – PARTES RELACIONADAS

16.1 – Entidade Controladora

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT é uma organização constituída sob a forma de empresa pública, nos termos do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, e está vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, sua controladora, com capital social exclusivamente integralizado pela União.

16.2 – Partes Relacionadas

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas Demonstrações financeiras do 2º trimestre de 2017, apresenta-se no quadro a seguir as sociedades enquadradas como partes relacionadas dos Correios, bem como seus respectivos relacionamentos:

Entidade	Relacionamento
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC	Controladora
Correiospar - Correios Participações S/A	Controlada
Postal Saúde - Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	Patrocinadora Mantenedora
Postalís - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos	Patrocinadora

16.3 – Transações com partes relacionadas

As transações destacadas nos desdobramentos seguintes, com partes relacionadas dos Correios, foram realizadas no curso das atividades cobertas pelas demonstrações financeiras em questão.

16.3.1 – Transações com a Correiospar:

A Correios Participações S/A – CORREIOSPAR, sociedade por ações, é subsidiária integral da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, constituída em 2014, com objetivo de constituir subsidiárias, adquirir controles ou participações acionárias em sociedades empresárias, bem como proceder às alienações correspondentes, com vistas ao cumprimento de atividades dispostas no objeto social dos Correios e gerir as relações de governança com as empresas subsidiárias criadas e com aquelas em que adquirir controles e participações societárias.

Correios e a Correiospar celebraram, em 03 de junho de 2015, Convênio de Execução de Atividades Operacionais Comuns e Complementares e de Compartilhamento de Estruturas e Recursos (“CONVÊNIO”), que se desenvolverá por meio de Planos de Trabalho, envolvendo diversas áreas

da ECT, e devidamente ressarcidos em relação às atividades prestadas de acordo com o valor apurado de custo administrativo de cada partícipe.

16.3.2 – Transações com a Caixa de Assistência Postal Saúde

A Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios, associação civil, sem fins lucrativos, fundada em abril de 2013, tem por objetivo atuar como operadora de saúde dos Correios, na modalidade de autogestão, nos termos da Resolução Normativa da ANS nº 137/2006.

Os Correios, à luz do Convênio de Adesão celebrado com a Postal Saúde, assinado em 05 de dezembro de 2013, mensalmente, provisionam integralmente os valores a serem pagos a título de despesas de serviços médicos e demais despesas do plano de saúde, em estrita observância as boas práticas contábeis.

O custeio da despesa com a manutenção do plano de saúde dos empregados dos Correios, com aportes mensais pela sua mantenedora e patrocinadora – Correios, tem como base o Relatório de Informações Financeiras apresentado pela Caixa de Assistência Postal Saúde.

16.3.3 – Transações com o Instituto de Previdência Complementar dos Correios - Postalis

Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos, plano de benefício pós-emprego, é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Criado em 1981 com o objetivo de garantir aos empregados dos Correios benefícios previdenciários complementares aos da Previdência Oficial.

16.4 – Remuneração do pessoal chave da administração

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da administração dos Correios e suas partes relacionadas.

	Total de Membros		Correios		CorreiosPar		Postal Saúde ¹		Postalis	
	2º Trim. 2017	2º Trim. 2016	2º Trim. 2017	2º Trim. 2016	2º Trim. 2017	2º Trim. 2016	2º Trim. 2017	2º Trim. 2016	2º Trim. 2017	2º Trim. 2016
Benefícios de Curto Prazo										
Conselho de Administração/Deliberativo ²	24	24	164	126	91	75	-	-	159	134
Conselho Fiscal	14	14	75	63	48	49	-	-	104	102
Diretoria Executiva	20	20	2.133	1.689	486	524	-	-	871	865
Participações nos Lucros – PLR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros (Remuneração Variável Anual)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	58	58	2.372	1.878	625	648	-	-	1.134	1.101

1) Postal saúde não há remuneração considerando que os integrantes do Conselho Deliberativo, Fiscal e a Diretoria são empregados dos Correios.

2) A estrutura da Postal Saúde e Postalis são definidas por Conselho Deliberativo.

Os Correios não oferecem benefícios pós-emprego ao pessoal chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional dos Correios, participantes do plano de previdência complementar dos Correios (Postalis), bem como do plano de saúde dos Correios (Postal Saúde).

NOTA 17 – OUTRAS INFORMAÇÕES

17.1 – Remuneração de Empregados e Dirigentes

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração dos Correios (em Reais):

	30/06/17	31/12/16
Menor salário	1.614	1.520
Maior salário	46.728	46.728
Salário médio	2.328	3.895
Dirigentes		
Presidente	46.728	46.728

	30/06/17	31/12/16
Vice-presidentes	40.633	40.633
Conselheiros		
Conselho fiscal	4.131	4.475
Conselho de administração	4.131	4.475

Brasília-DF, 30 de Janeiro de 2018.

Guilherme Campos Júnior
Presidente

Carlos Roberto Fortner
Vice-Presidente de Finanças
e Controladoria

Heli Siqueira de Azevedo
Vice-Presidente de Gestão
Estratégica de Pessoas

Demetrius Torres Guiot
Vice-Presidente de Administração

José Furian Filho
Vice-Presidente de Negócios
Públicos

Francisco Eiji Wakebe
Vice-Presidente Comercial

Cristiano Barata Morbach
Vice-Presidente de Canais

**Eugênio Walter Pinchemel
Montenegro Cerqueira**
Vice-Presidente de Tecnologia
da Informação

**Miguel Martinho
dos Santos Júnior**
Vice-Presidente de
Operações

Vanessa Sandri Barbosa
Contadora CRC/DF 014.297/O-0